

STJ00118670

Organizadora
Amini Haddad Campos

VULNERABILIDADES E DIREITOS

A Perspectiva da Realidade nos
Debates de Direitos Humanos

DEDICADO À MINISTRA ROSA WEBER

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**

Campos, Amini Haddad.
(Organizadora).

Vulnerabilidades e direitos: a perspectiva da realidade nos debates de direitos humanos. Dedicado à ministra Rosa Weber. Amini Haddad Campos (organizadora). Londrina, PR: Thoth, 2023.

368 p.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5959-590-7

1. Direitos Humanos. 2. Política Judiciária Nacional. 3. Igualdade de gênero. 4. Violência doméstica. 5. Vulnerabilidade social. I. Título.

CDD 342.7

341.2



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Amini Haddad Campos

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direitos fundamentais: Direitos humanos: 342.7
2. Direito Constitucional: 341.2

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinatti • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| ORGANIZADORA | 7 |
| AUTORES..... | 9 |
| APRESENTAÇÃO | 17 |
| PREFÁCIO | 21 |
| ABERTURA EM HOMENAGEM À MINISTRA ROSA WEBER | 25 |
| ABERTURA EM HOMENAGEM À MINISTRA ROSA WEBER | 29 |
| HOMENAGEM DA PROFESSORA-TITULAR DA DISCIPLINA, DOS ALUNOS E DAS ALUNAS DO MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT/FD..... | 33 |

CAPÍTULO 1

Amíni Haddad Campos

| | |
|--|----|
| O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO NO ACESSO À JUSTIÇA..... | 45 |
| CAPÍTULO | 45 |
| Introdução | 46 |
| 1 A estruturação do movimento constituinte à participação de Mulheres..... | 51 |
| 2 O movimento de revisão legislativa à concreção da paridade existencial entre homens e mulheres..... | 55 |
| 3 Efeitos decorrentes da Constituição 88 à construção existencial do feminino..... | 57 |
| 4 Da condição de indignidade culturalmente imposta à dignificação do feminino..... | 63 |
| 5 Perspectiva judicial dos direitos humanos de mulheres e meninas: a equidade de gênero como política judiciária nacional do Conselho Nacional de Justiça..... | 69 |
| Considerações finais..... | 72 |
| Referências bibliográficas..... | 73 |

CAPÍTULO 2**Lécia Nidia Ferreira Taques**

| | |
|--|-----|
| TRABALHO DECENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE MÍNIMO EXISTENCIAL DE AMARTYA SEN..... | 83 |
| Introdução | 83 |
| 1 O direito ao trabalho como elemento do mínimo existencial | 84 |
| 2 O mínimo existencial e o trabalho no contexto da teoria do desenvolvimento de Amartya Sen | 89 |
| 3 A importância do trabalho decente na consecução do desenvolvimento sustentável | 94 |
| Considerações finais | 100 |
| Referências bibliográficas | 101 |

CAPÍTULO 3**Cristiano dos Anjos Lopes**

| | |
|--|-----|
| O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A IGUALDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE À LUZ DA OBSERVÂNCIA AO DIREITO AO MÍNIMO EXISTENCIAL E AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... | 105 |
| Introdução | 105 |
| 1 Os direitos humanos e a proteção ao mínimo existencial | 106 |
| 1.1 O princípio da dignidade da pessoa humana..... | 108 |
| 1.2 O Direito ao mínimo existencial..... | 111 |
| 2 O tratamento dispensado pelo ordenamento jurídico brasileiro à igualdade de gênero, à luz da observância do direito ao mínimo existencial e ao princípio da Dignidade da pessoa humana. | 115 |
| 2.1 A igualdade de gênero e as constituições brasileiras..... | 116 |
| 2.2 Os Direitos humanos e os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 | 120 |
| 2.3 A igualdade de gênero e a constituição de 1988..... | 124 |
| Considerações finais..... | 127 |
| Referências bibliográficas | 129 |

CAPÍTULO 4**Velenice Dias de Almeida**

| | |
|---|-----|
| A GENDER MAINSTREAMING NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES E TRANSVERSALIDADES NAS QUESTÕES DE GÊNERO SEGUNDO JUDITH BUTLER | 133 |
| Introdução | 133 |

| | |
|---|-----|
| 1 Teoria de gênero segundo Judith Butler | 134 |
| 2 <i>Gender Mainstreaming</i> e a promoção da igualdade de gênero na Agenda 2030..... | 139 |
| 3 A incorporação das transversalidades das questões de gênero na política brasileira | 143 |
| 3.1 Direitos das mulheres como direitos humanos | 146 |
| 3.2 A igualdade de gênero para o desenvolvimento na democracia e participação da mulher na política brasileira..... | 147 |
| Considerações finais | 149 |
| Referencial bibliográfico | 150 |

CAPÍTULO 5

Renatta Souza Carvalho Tirapelle

| | |
|---|-----|
| <i>GENDER MAINSTREAMING</i> NO BRASIL E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA - TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO | 153 |
| Introdução | 153 |
| 1 <i>Gender Mainstreaming</i> | 155 |
| 2 Conceito de transversalidade..... | 156 |
| 3 Princípios, mudança na cultura institucional..... | 158 |
| 4 Ações desenvolvidas em outros países | 159 |
| 5 Aplicações efetivas no Brasil, críticas e resultados inefetivos..... | 160 |
| 6 Discussão e análise dos resultados | 164 |
| Considerações finais..... | 165 |
| Referencial bibliográfico | 167 |

CAPÍTULO 6

Giovana César Scherner

| | |
|--|-----|
| <i>GENDER MAINSTREAMING: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL</i> | 171 |
| Introdução | 171 |
| 1 A teoria de Judith Butler e sua obra “problemas de gênero” | 172 |
| 2 Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil..... | 177 |
| 3 Construção da perspectiva de gênero e as conquistas que marcaram a história..... | 178 |
| Considerações finais..... | 180 |
| Referências bibliográficas | 181 |

CAPÍTULO 7**Camila Torres Zago**

| | |
|--|-----|
| RECATADA E DO LAR: A BUSCA PELA MULHER HONESTA NO DIREITO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA DECIDIBILIDADE DAS AÇÕES DE FAMÍLIA..... | 183 |
| Introdução | 183 |
| 1 A busca pela <i>mulher honesta</i> | 186 |
| 2 Recatada e do lar: estereótipos de gênero nas ações de família | 187 |
| 3 O mito da imparcialidade e a necessidade da adoção de um viés de gênero na decidibilidade..... | 190 |
| 4 Instrumentos de correção: o protocolo para julgamentos com perspectivas de gêneros..... | 192 |
| 5 Aplicabilidade do protocolo para julgamento nas varas de família | 195 |
| Considerações finais | 198 |
| Referências bibliográficas | 199 |

CAPÍTULO 8**Cleiton Pereira Alves**

| | |
|---|-----|
| A VULNERABILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL EM SITUAÇÃO DE RUA E INTERNAÇÃO COERCITIVA: UMA ANÁLISE QUANTO À LIBERDADE E AUTONOMIA À LUZ DA CONVENÇÃO DE OVIEDO..... | 203 |
| Introdução | 203 |
| 1 Compreendendo a cultura dos direitos e a ordem moral independente: a contribuição de Cianciardo e Zambrano | 204 |
| 2 Direitos da pessoa com deficiência: o reconhecimento da humanidade, autonomia e liberdade..... | 206 |
| 2.2 Âmbito internacional: a ascensão dos direitos humanos e individualização do “ser” | 206 |
| 2.3 No Brasil: a solidez do sistema de proteção à pessoa com deficiência... .. | 209 |
| 3 A condição das pessoas com deficiência mental em situação de rua: internação coercitiva, autonomia e liberdade..... | 214 |
| 3.1 Convenção de Oviedo: proteção ao ser humano em sua essência | 214 |
| 3.1.1 O conselho da Europa e o “Protocolo Adicional à Convenção de Oviedo”..... | 215 |
| 4 A população em situação de rua: um direito emergente..... | 216 |
| 4.1 Pessoas com deficiência mental em situação de rua: uma análise quanto à liberdade e autonomia à luz da Convenção de Oviedo | 217 |
| Considerações finais | 219 |
| Referências bibliográficas | 219 |

CAPÍTULO 9**Geraldo Fernandes Fidelis Neto****A DUPLA VULNERABILIDADE DA MULHER EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E A APLICAÇÃO DE MÉTODOS RESTAURATIVOS** 223

| | |
|---|-----|
| Introdução | 223 |
| 1 Encarceramento feminino | 226 |
| 1.1 Vulnerabilidade que reclama um olhar sensível e diferenciado..... | 226 |
| 1.2 Feminização da pobreza, radicalização da pena e deterioração da identidade..... | 235 |
| 1.3 Negação de direito às mulheres em estado de prisão..... | 238 |
| 2 A Justiça Restaurativa em prol da mulher encarcerada..... | 242 |
| 2.1 Mudança de paradigma! Revolução social – cultura de paz!..... | 243 |
| 2.2 A normatização dos Programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal..... | 245 |
| 2.3 Encarceramento feminino e Justiça Restaurativa..... | 248 |
| 3 Métodos de aplicação da Justiça Restaurativa | 250 |
| Considerações finais..... | 253 |
| Referências bibliográficas..... | 256 |

CAPÍTULO 10**Evana Castella****POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE À LUZ DO MÍNIMO EXISTENCIAL.....** 263

| | |
|---|-----|
| Introdução | 263 |
| 1 O mínimo existencial e o universo feminino..... | 265 |
| 1.1 O sistema patriarcal e o tabu menstrual | 267 |
| 1.2 A pobreza menstrual no Brasil | 269 |
| 2 A conquista da Lei nº 14.214/21 | 271 |
| Considerações finais..... | 273 |
| Referências bibliográficas..... | 274 |

CAPÍTULO 11**Renata Beatriz Bilégo****O PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E A TRANSFORMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO** 277

| | |
|---|-----|
| Introdução | 277 |
| 1 Protocolo para julgamento com a perspectiva de gênero..... | 278 |
| 2 Compreensão a respeito de gênero e direito..... | 280 |
| 3 Desigualdades estruturais em razão do gênero..... | 281 |
| 4 O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero como um guia para | |

| | |
|--|-----|
| o Poder Judiciário | 283 |
| 5 Aplicação do Protocolo envolvendo as questões de gênero nos diferentes ramos da justiça..... | 285 |
| 5.1 Orientações internacionais | 285 |
| 5.2 Orientações nacionais..... | 286 |
| Considerações finais..... | 286 |
| Referências bibliográficas | 287 |

CAPÍTULO 12

Heckyelly Mendes Pereira

| | |
|---|-----|
| LEI MARIA DA PENHA: PROTEÇÃO A TODAS AS MARIAS..... | 291 |
| Introdução | 291 |
| 1 Violência contra a mulher <i>versus</i> violência de gênero..... | 292 |
| 2 Lei Maria da Penha: A lei que “meteu a colher” e trouxe à luz crimes ocultos pelas paredes dos “lares”..... | 296 |
| 3 Lei Maria da Penha: proteção a todas as Marias – mulheres transexuais e travestis..... | 302 |
| Considerações finais..... | 305 |
| Referências bibliográficas | 306 |

CAPÍTULO 13

Artur Barros Freitas Osti

| | |
|--|-----|
| DO USO DOS INSTRUMENTOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA EM DEFESA DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..... | 309 |
| Introdução | 309 |
| 1 Do estado de proteção deficiente nos casos de violência doméstica envolvendo acusados condenados e colocados em regime de liberdade..... | 311 |
| 2 A política nacional de justiça restaurativa no Poder Judiciário Brasileiro e sua aplicação no âmbito dos processos afetos à violência doméstica no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso..... | 313 |
| 3 Da superação da vontade em favor da razão protecionista que alicerça a Lei 11.340/06..... | 316 |
| Considerações finais..... | 318 |
| Referências bibliográficas | 319 |

CAPÍTULO 14

Wilson Botelho de Carvalho Neto

PROTOCOLO DE JULGAMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMAREFLEXÃO ARESPEITODANECESSIDADEDEUMPROTOCOLO ESPECÍFICO COM BASE NO CONCEITO DE VULNERABILIDADE

| | |
|---|-----|
| SOCIAL..... | 321 |
| Introdução | 321 |
| 1 Os direitos fundamentais e a noção de vulnerabilidade social..... | 322 |
| 2 Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero | 326 |
| 3 Pessoa com deficiência: breve percurso histórico, avanço da legislação e perspectivas futuras | 329 |
| 4 Necessidade e urgência de um protocolo de julgamento para pessoas com deficiência | 334 |
| Considerações finais..... | 339 |
| Referências bibliográficas..... | 340 |

CAPÍTULO 15

Paolo Diego Dias Moura Gomes

| | |
|--|-----|
| RECONSIDERANDO A OITIVA DO ADOLESCENTE NA FASE JUDICIAL DA AÇÃO SOCIOEDUCATIVA: POR UM DIÁLOGO DAS FONTES ENTRE O INTERROGATÓRIO PREVISTO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E AS NORMAS PROCESSUAIS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... | 343 |
| Introdução | 343 |
| 1 As garantias processuais asseguradas aos adolescentes infratores..... | 347 |
| 2 O benefício do direito ao interrogatório como ato derradeiro da instrução processual..... | 351 |
| 3 O controle do garantismo penal como direito preexistente..... | 354 |
| 4 A necessidade de um diálogo das fontes entre o Código de Processo Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente para adoção da oitiva do jovem como fase final da instrução | 358 |
| Considerações finais..... | 361 |
| Referências bibliográficas..... | 362 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 365 |